

ESTUDO SOBRE AS EVASÕES DE ESTUDANTES NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIOESTE, CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO/PR

Debora Colpani

Discente do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)
E-mail: deboracolpani5@gmail.com

Andreia Agda Silva Honorato

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC)
E-mail: andreia.honorato@unioeste.br

RESUMO

A partir do crescente fenômeno da evasão no ensino superior no Brasil, este artigo apresenta a realidade, os impactos e as estratégias adotadas para a redução da evasão de estudantes, pelo curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão, implantado no ano de 2015. Assim, em comemoração aos 10 anos de curso, este artigo propõe a problematizar os dilemas e desafios frente ao efetivo alcance da conclusão de curso, muitas vezes interrompido pelo alto e recorrente índice de evasão. Este estudo, encampado por projeto de iniciação científica financiado com bolsa de pesquisa na categoria de ações afirmativas, apropriou-se de procedimentos metodológicos como pesquisa bibliográfica, documental e abordagem de campo com estudantes que se encontram ativos no processo de formação, investigando sua compreensão e conhecimento acerca dos motivos preponderantes das evasões, bem como, objetivando identificar o perfil do alunado, e assim, contribuir com o curso frente as estratégias de mediações. O método de análise se deu à luz da teoria social crítica e resultados apontam que, com a migração da oferta do curso do período matutino para o noturno e, da reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) 2023, o cenário vem apresentando avanços importantes, mas ainda insuficientes, pois a ausência de uma política institucional de assistência estudantil eficiente e efetiva, impede os avanços necessários para a permanência e conclusão.

Palavras-Chave: Evasão acadêmica. Ensino superior. Educação. UNIOESTE. Serviço Social.

STUDY ON STUDENTS' EVADEANCE IN THE SOCIAL WORK COURSE OF UNIOESTE, CAMPUS OF FRANCISCO BELTRÃO/PR

ABSTRACT

From the growing phenomenon of dropout in higher education in Brazil, this article presents the reality, impacts, and strategies adopted for reducing student dropout in the Social Work course at the State University of Western Paraná (UNIOESTE), Francisco Beltrão campus, established in 2015. Thus, in celebration of the course's 10th anniversary, this article aims to discuss the dilemmas and challenges regarding the effective achievement of course completion, often interrupted by the high and

recurrent dropout rates. This study, documented under a scientific initiation project funded with a research grant in the affirmative action category, utilized methodological procedures such as bibliographic and documentary research and field approach with students who are actively engaged in the training process, investigating their understanding and knowledge about the prevailing reasons for dropouts, as well as aiming to identify the profile of the student body, thereby contributing. The analysis method was based on critical social theory, and results indicate that with the migration of the course offering from the morning to the evening and the reformulation of the Political-Pedagogical Project (PPP) 2023, the scenario has shown important but still insufficient advances, as the lack of an efficient and effective student assistance policy hinders the necessary progress for student retention and completion.

Keywords: Academic dropout; Higher education; Education; UNIOESTE; Social Service.

1. INTRODUÇÃO

O artigo aborda a questão da evasão no ensino superior público brasileiro, tomando como referência o curso de Serviço Social da UNIOESTE, campus de Francisco Beltrão, que celebra 10 anos de existência. A pesquisa busca compreender a realidade das desistências acadêmicas, analisando inicialmente o cenário geral da evasão no ensino superior público do Brasil.

Segundo o Censo (2023) a evasão no ensino superior, tanto público quanto privado, é um problema crônico que compromete a formação de profissionais e o desenvolvimento do país. Embora as matrículas tenham crescido nos últimos anos, as taxas de desistência são alarmantes, chegando a 61,3% nos cursos presenciais privados e 64,1% na modalidade de Ensino à Distância (EAD). Na rede pública, o índice é menor, cerca de 40%, mas ainda significativo. Esses números refletem dificuldades estruturais, sociais e institucionais que afetam a permanência dos estudantes.

Diante desse panorama, o artigo investiga os fatores que levam estudantes a abandonar seus cursos e questiona a responsabilidade das universidades públicas na retenção dos(as) acadêmicos(as). O estudo foca na realidade do curso de Graduação em Serviço Social da UNIOESTE, buscando identificar as razões da evasão e apontar estratégias para sua redução. Por meio dessa análise, o objetivo é fortalecer políticas que garantam o direito ao acesso, à permanência e à conclusão da formação com

qualidade, visto que isso impacta diretamente no desenvolvimento econômico, político e cultural do país.

2. CENÁRIO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O Censo da Educação Superior de 2023 revelou que estudantes que ingressaram por cotas tiveram uma taxa de conclusão 10% maior entre 2014 e 2023, evidenciando a relevância das ações afirmativas. Políticas como PROUNI e FIES também mostraram impacto positivo na formação acadêmica.

Os dados indicam que 51% dos cotistas nas universidades federais concluíram seus estudos, contra 41% dos não beneficiados. No PROUNI, essa taxa foi de 58%, e no FIES, 49%, demonstrando a importância de incentivos educacionais para reduzir a evasão.

Mesmo com o aumento das inscrições nas escolas públicas, deixar os estudos ainda representa um obstáculo, influenciado principalmente pelas barreiras financeiras que os alunos encontram, combinadas com a falta de políticas públicas eficientes e a luta para se adaptar ao ensino presencial. As despesas não diretas da educação e a ausência de apoio aos alunos pioram ainda mais essa situação.

Para lidar com essa situação, é essencial adotar abordagens que incluam a expansão da assistência a estudantes, apoio psicopedagógico, melhorias na infraestrutura educacional e a criação de políticas conjuntas de acesso e permanência. Isso significa que deve haver iniciativas coordenadas que não só ajudem os alunos(as) a entrar no ensino superior, mas que também assegurem que eles tenham as condições necessárias para permanecer e finalizar o curso. O fortalecimento dessas ações pode assegurar que o ensino superior desempenhe um papel importante na promoção da justiça social e no progresso do país.¹

¹ As estratégias integradas para o acesso e a permanência consistem em um conjunto coeso de iniciativas institucionais que visam não apenas à democratização da entrada no ensino superior, mas, igualmente, à formação de condições materiais,

3. A EDUCAÇÃO E O DIREITO

A conexão entre os jovens de classes populares e a educação pode ser entendida à luz da pesquisa de Sposito (2005), que demonstra que desde a década de 1980, os debates sobre a democratização do acesso à educação no Brasil foram impulsionados pela redemocratização e pela Constituição Federal do Brasil de 1988, que embora haja avanços evidentes no acesso à educação básica, os desafios em relação à permanência e à qualidade do ensino ainda são consideráveis, principalmente para a juventude das classes populares, uma vez que este grupo enfrenta caminhos educacionais marcados pela precariedade, exclusão e altas taxas de desistências.

Nos anos 1990, com a implementação das reformas neoliberais no Brasil, a educação começou a ser guiada por princípios de eficiência, produtividade e racionalização de gastos, cujo contexto favoreceu a difusão de um discurso meritocrático, que responsabiliza o indivíduo pelo sucesso ou fracasso acadêmico, ignorando as profundas desigualdades estruturais que afetam o sistema educacional brasileiro (SPOSITO, 2005; DAYRELL, 2003).

Nesse cenário, a escola desempenha um papel ambíguo, de um lado, apesar de ser considerada um caminho para a mobilidade social, de outro lado, frequentemente se torna um local de reprodução de desigualdades e frustração para muitos(as) estudantes.

Nessa mesma linha, Santos (2021) aponta que, apesar da criação de políticas para democratizar o acesso ao ensino superior, tal como o sistema de cotas, o Exame

pedagógicas, sociais e psicológicas que apoiem a continuidade e a finalização dos cursos pelos alunos, especialmente aqueles que vêm de grupos historicamente marginalizados. Essas estratégias incluem, entre outras ações, programas de apoio financeiro aos estudantes, assistência ao aprendizado, acompanhamento psicossocial, adaptações curriculares e políticas de ação afirmativa.

Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU), os jovens oriundos das classes populares continuam a encontrar diversas dificuldades, entre elas, a baixa qualidade da educação básica nas escolas públicas, a entrada precoce no mercado de trabalho, as obrigações familiares e a falta de capital cultural e simbólico e, constitutivo deste cenário, embora o desejo de entrar na universidade seja sólido e motivador, frequentemente enfrenta essas desigualdades históricas que restringem as oportunidades reais de permanência e conclusão dos cursos.

Para muitas pessoas, a formação superior é vista como um meio para escapar dos ciclos de pobreza e garantir uma qualidade de vida mais digna, entretanto, essa jornada é marcada pelos obstáculos criados por um sistema educacional que favorece aqueles que já possuem vantagens sociais, econômicas e culturais. Contudo, fica nítido o quanto são essenciais políticas públicas destinadas à permanência, ao apoio estudantil e à valorização da diversidade, a fim de garantir não apenas o ingresso, mas também a continuidade e a conclusão da educação de maneira justa.

De acordo com István Mészáros (2005), toda tentativa de reformar a educação dentro dos limites do sistema capitalista enfrenta barreiras estruturais significativas e destaca que "não se pode esperar que a educação desempenhe uma função emancipadora enquanto estiver subordinada à lógica da reprodução do capital", pois essa lógica transforma o processo educativo em um simples meio de adaptação às exigências do mercado. Assim, mesmo as políticas de acesso, como as cotas, Prouni e Fies que são indispensáveis e essenciais, estão inseridas em um sistema que prioriza a eficiência, a competitividade e a meritocracia.

Para o Mészáros (2005), uma educação verdadeiramente transformadora requer a superação desses limites estruturais, conectando-se a um projeto social que possa enfrentar as causas das desigualdades e da alienação social, o que implica não apenas garantir o acesso formal ao ensino superior, mas também fornecer condições materiais, culturais e simbólicas que permitam que estudantes de classes populares finalizem sua formação com dignidade, autonomia e perspectivas emancipatórias, um futuro que, segundo o autor, só poderá ser plenamente alcançado em uma sociedade que supere as limitações impostas pelo capital.

4. CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIOESTE: ENTRE CÔNCAVOS E CONVEXOS

A evasão no ensino superior representa um dos maiores obstáculos para as instituições de ensino no Brasil. O curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), localizado em Francisco Beltrão, na região sudoeste do estado, lida com essa questão.

Decorrente de uma pesquisa de iniciação científica iniciada em 2024, que está associada ao programa de políticas afirmativas (cotas), este estudo, que ainda está em progresso, já possibilita a identificação de fatores comuns que levam à evasão e apresenta soluções viáveis para o problema.

Ao longo dos seus dez anos, o curso tem enfrentado a evasão, além das dificuldades para manter as vagas anuais preenchidas. Apesar de ser o único que oferece essa formação na região, que abrange mais de 27 municípios, a demanda para o vestibular tem sido baixa, exigindo esforços para promover e ocupar as vagas restantes, frequentemente após o início das aulas.

Em 2023, a taxa de evasão alcançou 65%, uma situação que se intensificou devido aos efeitos da pandemia de Covid-19. Esse percentual suscita considerações e ações institucionais voltadas para garantir a permanência e a finalização do curso. De 2015 a 2017, a pesquisa conduzida por Marindia Correa indicava uma taxa de 42,85%, com ligação significativa ao mercado de trabalho.

De acordo com a pesquisa documental realizada junto a Coordenação de Curso e Secretaria Acadêmica, os dados evidenciam padrões semelhantes entre evasão e cancelamentos por desistência. No ano de 2022, no turno da manhã, foram registrados 15 casos na 1ª série (12 alunas e 3 alunos), 5 na 2ª série (4 alunas e 1 aluno) e 1 na 4ª série (aluna). Já no turno noturno, houve 1 caso (aluno) na 1ª série. Nos cancelamentos: 24 ocorrências na 1ª série (22 alunas e 2 alunos), 23 na 2ª série (21 alunas e 2 alunos), 2 na 3ª série (alunas) e 1 na 4ª série (aluno), com 20 casos no primeiro ano e 4 no segundo (83,33%). Notavelmente, 58,33% dos que desistiram relataram que se identificavam com o curso.

Em 2023, a evasão continuou a se concentrar nos primeiros anos. No período matutino, foram 3 desistências na 1ª série, 2 na 2ª, 1 na 3ª e 2 na 4ª. No noturno, houve 5 na 1ª e 2 na 2ª série. Embora tenha havido uma leve diminuição, a evasão masculina aumentou no período noturno. Os cancelamentos por abandono totalizaram 19 na 1ª série matutina (13 alunas e 6 alunos), 5 na 2ª, 1 na 3ª e 1 na 4ª série, evidenciando a maior frequência nos anos iniciais, especialmente entre as mulheres.

Em 2024, a desistência ainda persiste, mas com números mais baixos. No período matutino, ocorreram 2 desistências na 2ª série; e no noturno, foram 2 na 1ª série e 1 na 2ª. Os cancelamentos no matutino somaram 2 na 1ª série, 2 na 2ª e 1 na 4ª. No noturno, houve 18 casos registrados na 1ª série (10 alunas e 8 alunos). Também foram observados cancelamentos de matrícula: 1 na 2ª série matutina e 1 na 1ª série noturna, sugerindo que a desistência afeta ambos os turnos, embora em menor intensidade.

Para explorar as razões por trás da evasão e da seleção do curso, foi realizado um questionário através do Google Forms com alunos(as) regularmente matriculados, abordando também suas percepções sobre colegas que abandonaram o curso, muitas vezes sem formalizar a desistência.

A investigação do Projeto Político Pedagógico (PPP) mostrou que, até o ano de 2022, o curso seguia o modelo inicial de 2015, que passou por pequenas revisões em 2017 e funcionava apenas no período matutino. Até 2021, não havia professores(as) permanentes da área; o Colegiado era composto por docentes de economia doméstica e por assistentes sociais atuando como substitutos por meio de processos seletivos simplificados (PSS), além de docentes de áreas afins, tais como Direito, Psicologia, Sociologia etc.

Somente no ano de 2022, devido ao retorno das atividades presenciais após o ensino remoto e ao ajuste do calendário, docentes da área assumiram o concurso, logo, também cargos de gestão, como coordenação do curso, estágios e trabalho de conclusão de curso, fortalecendo também a tríade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ainda em 2022, devido à necessidade de incluir a curricularização da extensão, o PPP foi reformulado. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) e o colegiado revisaram

o curso em alinhamento com as diretrizes nacional da ABEPSS, optando por mudar o horário das aulas do período matutino para o noturno, levando em conta o perfil de alunos(as) que trabalham. Essa alteração teve como objetivo aumentar o número de novos alunos(as) e diminuir a taxa de evasão.

5. A PESQUISA: PERFIL E PERCEPÇÕES DOS(AS) ESTUDANTES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIOESTE

Com o alcance da aplicação de um questionário a 35 alunos(as) regularmente matriculados(as) no curso de Serviço Social da UNIOESTE, durante o segundo semestre de 2024, de um total de 65 que efetivamente frequentam, foi possível estabelecer um perfil dos(as) estudantes e suas percepções sobre a evasão acadêmica. A maioria dos(as) entrevistados(as) se identificou como do gênero feminino (82,9%), o que reforça a histórica predominância de mulheres na profissão, como indicado por Iamamoto (2007), e destaca as contínuas desigualdades de gênero nos trajetos de formação, especialmente devido à sobrecarga de trabalho, estudo e obrigações familiares.

Sobre as séries que estão cursando em 2024/2, 40% dos(as) participantes estão no segundo ano noturno, enquanto 37,1% no primeiro ano também noturno. Os(as) estudantes do terceiro e quarto anos do período matutino (PPP 2015) correspondem, respectivamente, a 20% e 2,9% da amostra. Apesar da participação ter sido voluntária e não representar a totalidade dos alunos, nota-se uma predominância nos anos iniciais do curso, no novo PPP e no período noturno — períodos que possuem um histórico de evasão, mas que têm mostrado avanços. Por outro lado, o turno matutino ainda apresenta altos índices de evasão, com apenas 7 estudantes no terceiro ano (3ª série) e 11 no quarto ano (4ª série) frequentando, ambos começando com 40 ingressantes.

A análise da forma de ingresso revela diversidade: 40% entraram pelo programa UNIO+ (vagas remanescentes - Provar/Provou), 28,6% através do vestibular de ampla concorrência e 22,9% pelo SISU/ENEM. Outros 5,7% ingressaram por cotas (políticas afirmativas) e 2,9% como portadores de diploma. Esses dados ressaltam a

importância dos processos de reingresso e preenchimento de vagas remanescentes, evidenciando a diversidade de perfis e trajetórias acadêmicas no curso.

Quanto ao conhecimento sobre a Política de Assistência Estudantil da instituição, observou-se que, apenas 20% dos(as) estudantes afirmaram conhecer todas as políticas disponíveis, enquanto a maioria (71,4%) declarou conhecer apenas algumas, e 8,6% afirmaram não conhecer nenhuma. Esse resultado é alarmante, considerando o papel essencial dessas políticas na permanência estudantil, especialmente entre discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A desinformação sobre os mecanismos de apoio disponíveis pode representar um fator de risco adicional para a evasão universitária, especialmente quando se considera a já elevada taxa de abandono no curso.

Referentes à autodeclaração étnico-racial, de um grupo de 35 respondentes, observamos uma significativa predominância da categoria "Branco(as)", representando 65,7% do total. Em segundo lugar, destaca-se a categoria "Pretos(as) e Pardos(as)", com 34,3% da resposta. A categoria "Amarelo(as)" apresenta percentual menor, com 14,3% e uma representação residual, respectivamente. A categoria "Indígena" não obteve nenhuma resposta neste levantamento específico.

Analisando os perfis de alunos(as), percebe-se uma concentração significativa nos segmentos mais jovens da população, cuja faixa etária de 18 a 21 anos compreende a maior parcela da amostra, representando 37,1% do total. Em seguida, o grupo de 22 a 29 anos constitui a segunda maior representatividade, com 28,6%, ou seja, considerando que a juventude é compreendida pela faixa etária de 15 a 29 anos de idade, o curso soma, 65,7% de um público jovem.

As faixas etárias subsequentes apresentam uma participação progressivamente menor, sendo 17,1% da faixa de 30 a 39 anos, enquanto 11,4% estão na faixa de 40 a 49 anos de idade. A menor proporção da amostra se concentra nos indivíduos com 50 anos ou mais, representando apenas 5,7%, ou seja, somando o público adulto, de 30+, representam 34,2% do público e não há estudantes idosos(as), 60+.

No que tange ao estado civil, o resultado indica que a maior parcela se declara solteiro(a), representando 50% da amostra. Em segundo lugar, observa-se a presença

de estudantes em união estável, os quais correspondem a 23,5% dos casos. Já os(as) casados(as) representam 17,6%. Assim, constata-se que 41,1% dos(as) respondentes encontram-se em algum tipo de vínculo conjugal, o que pode refletir em desafios específicos relacionados à conciliação entre responsabilidades acadêmicas, familiares e, em muitos casos, laborais. As demais categorias apresentam menor expressividade: 5,9% declararam-se divorciados(as) civilmente, 2,9% estão separados(as) e não houve registro de respondentes viúvos(as).

Verificou-se que a maioria reside em núcleos familiares compostos por até três pessoas, totalizando 71,4% da amostra. Apesar deste dado indicar uma predominância de lares com composição reduzida, o que pode sugerir uma convivência mais concentrada, com menor sobrecarga nas dinâmicas domésticas, não se deve desconsiderar o acúmulo de tarefas entre os membros, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e econômica.

No grupo de estudantes que vive em residências com quatro a seis pessoas, encontram-se 20% dos casos e essa configuração que aponta para lares com maior número de coabitantes, pode representar tanto redes de apoio familiar mais amplas quanto maiores demandas de convivência e partilha de espaços e responsabilidades. Aqueles(as) que vivem sozinhos(as) representam 8,6% dos(as) participantes, número que, embora pequeno, é significativo para análises sobre autonomia, auto-organização e possíveis desafios emocionais e financeiros enfrentados na experiência universitária sem o respaldo cotidiano de uma rede de apoio familiar presencial. Não houve registros de estudantes vivendo em residências com mais de sete pessoas, o que indica inexistência de arranjos domiciliares extensos no grupo pesquisado, ao menos nesta amostra específica.

Compondo a busca pelo perfil, 40% dos(as) pessoas entrevistadas afirmaram ter filhos(as), enquanto 60% declararam não possuir. Entre os(as) que possuem filhos(as), a maioria declarou ter apenas um(a) filho(a), totalizando 20%, enquanto 17,1% possuem entre dois e três filhos(as), e apenas 2,9% relatou ter mais de quatro. Esses dados revelam que, embora a maior parte dos(as) discentes ainda não exerça a parentalidade, uma parcela significativa da amostra encontra-se em situação de

conciliação entre o papel de estudante e o exercício da maternidade ou paternidade. Tal condição pode gerar implicações diretas na trajetória acadêmica, exigindo maior esforço para compatibilizar a rotina universitária com as demandas familiares.

É importante destacar que, no contexto dos cursos de Serviço Social frequentemente compostos majoritariamente por mulheres e por discentes que ingressam pelo sistema de cotas ou com trajetórias escolares descontínuas, a parentalidade se mostra como um fator relevante a ser considerado nas políticas institucionais de permanência, pois a existência de estudantes com filhos(as) exige atenção especial quanto à oferta de apoio institucional, como creches, bolsas permanência e relativa flexibilização de horários.

Foi revelado ainda que, 21 estudantes, relativo a (60%), residem em Francisco Beltrão, enquanto os(as) demais respostas indicam uma dispersão por municípios vizinhos, como Itapejara D'Oeste, com 2 respostas (5,7%), e Cruzeiro do Iguaçu, com 1 resposta (2,9%), além de outras localidades que registraram uma única resposta (2,9% cada). Esta análise demonstra que, embora a maior parte dos(as) estudantes seja proveniente do município sede, uma parcela considerável se desloca de regiões adjacentes para o campus, o que pode implicar em desafios logísticos e financeiros para a permanência no ambiente acadêmico.

Uma expressiva maioria de 52,9% afirmou que trabalha e estuda simultaneamente, dado que evidencia a realidade multifacetada da vida universitária, onde o tempo de dedicação acadêmica é compartilhado com as demandas do trabalho formal ou informal, o que pode acarretar prejuízos no rendimento acadêmico, além de ampliar as chances de evasão.

Outros 17,6% informaram que, além de estudar, também realizam estágio, enquanto 14,7% exercem simultaneamente as funções de estudar, trabalhar e estagiar, situação que impõe uma rotina de alta sobrecarga. Ainda, 5,9% declararam possuir mais de dois vínculos de trabalho concomitantes aos estudos, o que aponta para uma condição de extrema exigência física e mental, muitas vezes atrelada à precariedade das condições de vida. Por outro lado, apenas uma pessoa declarou estudar exclusivamente por opção de dedicação exclusiva (2,9%), número

extremamente reduzido, o que reforça a hipótese de que o ingresso no ensino superior, para grande parte dos(as) estudantes, ocorre em paralelo a múltiplas demandas sociais, familiares e laborais. Também foi identificado que 5,9% dos(as) estudantes encontram-se em situação de desemprego, o que, embora possa parecer uma condição temporária de disponibilidade para os estudos, pode igualmente refletir vulnerabilidades econômicas que ameaçam a permanência no curso.

Concernente a questão sobre a composição da renda familiar, a maioria (58,8%), indicou que a renda total de sua residência é entre dois e três salários-mínimos, dado que evidencia a forte presença de estudantes oriundos de famílias de baixa renda, o que reflete a democratização do acesso à universidade, mas também aponta para um público em situação de vulnerabilidade econômica, que demanda suporte institucional para garantir a permanência e a conclusão do curso. Outros 17,6% afirmaram que vivem em domicílios com renda de até um salário-mínimo, o que reforça o cenário de desigualdade social que atravessa a trajetória educacional desses(as) discentes.

Igualmente 17,6% dos entrevistados(as), residem em famílias com renda entre quatro e seis salários-mínimos, faixa que, embora mais elevada, ainda pode apresentar limitações dependendo do número de dependentes no domicílio. Apenas 5,8% declararam ter renda familiar entre sete e dez salários-mínimos, e não houve registros de estudantes com renda acima de onze salários-mínimos, o que demonstra que a maioria dos(as) respondentes está inserida nas camadas populares, com restrições financeiras que impactam diretamente em sua vida acadêmica.

Estudantes declaram que 71,4% nunca recebeu algum tipo de bolsa ou auxílio estudantil, dado alarmante, sobretudo quando confrontado com o perfil socioeconômico da maioria dos respondentes, que vivem com até três salários-mínimos de renda familiar. Tal cenário revela uma lacuna significativa entre a demanda por suporte institucional e a oferta efetiva de políticas de permanência estudantil.

Apenas uma pequena parcela dos(as) estudantes relatou receber atualmente alguma forma de apoio, distribuídos da seguinte forma: 8,6% participam de programas de Iniciação Científica, outros 8,6% estão inseridos em projetos de Extensão

Universitária, e 2,9% mencionaram o recebimento de outros tipos de bolsas não especificadas. Além disso, 5,7% relataram estar estagiando com bolsa auxílio (remuneração), o que pode representar uma alternativa financeira, embora não substitua políticas públicas de assistência estudantil mais estruturadas. Ainda, 2,9% dos(as) entrevistados(as) indicaram já ter recebido bolsa em algum momento anterior, mas não mais atualmente, o que também aponta para a descontinuidade de políticas de apoio ou para os critérios seletivos que excluem parte da população estudantil ao longo do curso.

Quanto a políticas sociais, dentre elas, programas de transferência de renda, apenas 5,9% afirmam estar inscritos(as) e receberem benefício do Programa Federal Bolsa Família, enquanto 94,1% declararam não ser beneficiários(as) do programa. Este dado, à primeira vista, pode sugerir uma baixa incidência de extrema pobreza entre os(as) participantes. No entanto, deve ser analisado com cautela, considerando que a ausência de vínculo com o programa pode estar relacionada não apenas à renda per capita familiar, mas também a fatores como a desatualização cadastral, a desinformação sobre os critérios de elegibilidade, ou mesmo a existência de barreiras burocráticas que impedem o acesso ao benefício. Além disso, considerando que mais da metade dos(as) respondentes vivem com até três salários-mínimos, há indícios de que a maioria se encontra em situação de vulnerabilidade econômica, ainda que não atenda ao perfil de extrema pobreza exigido pelo programa.

Entre os(as) 35 participantes da pesquisa, 17,1% indicaram ter dúvidas quanto à sua conclusão do curso, que podem estar associadas a múltiplos fatores, incluindo a sobrecarga de responsabilidades, dificuldades financeiras, falta de apoio institucional ou conflitos pessoais e profissionais que interferem na dedicação aos estudos. As dúvidas sobre a conclusão do curso podem ser, de um lado, indicativas de um estado de incerteza relacionado à continuidade acadêmica que, muitas vezes, está vinculado à falta de políticas efetivas de apoio à permanência estudantil e, por outro lado, a maioria dos(as) respondentes, 82,9%, demonstrou confiança em relação à conclusão do curso, com parcela significativa afirmando que acredita ser possível terminar a graduação, o que sugere uma persistência e resiliência típicas de

estudantes da classe trabalhadora que, apesar das dificuldades, permanecem na trajetória acadêmica por resistência, ainda que na contramão da lógica do capitalismo.

A maioria dos(as) estudantes (97,1%) se identifica com a profissão de Serviço Social, o que reflete uma forte conexão com os valores e princípios da área, como a promoção da justiça social e a defesa intransigente dos direitos humanos. Essa identificação é um fator importante para a motivação e persistência acadêmica, especialmente em contextos desafiadores, no entanto, 2,9% dos(as) respondentes expressaram dúvidas sobre essa identificação, o que pode indicar a necessidade de mais apoio e reflexão ao longo da formação.

A questão sobre a evasão entre os ingressantes do curso de Serviço Social revelou que 52,9% dos(as) estudantes percebem que houve desistências na turma, enquanto 47,1% afirmaram ter uma ideia, mas não exatamente conhecimento sobre a situação, ou seja, os fatores que levaram à evasão. Não houve registros de estudantes que afirmaram com certeza que não houve desistências, o que aponta para uma percepção de que a evasão é uma realidade presente, mesmo que de forma imprecisa, isto é, sem registro formalizado das evasões.

Em relação ao questionamento sobre a busca pelos motivos das desistências de colegas de turma, 20,6% afirmam ter buscado informações sobre as causas da evasão, enquanto 73,5% disseram que somente com os mais próximos procuraram saber, e, 5,9% não se dispuseram a buscar essas informações.

Quanto à comunicação das causas da evasão para a coordenação ou professores, 70,6% responderam desconhecer se os(as) estudantes evadidos(as) informaram as razões da desistência, enquanto 20,6% afirmaram que as causas foram² comunicadas à coordenação de curso e docentes, e 8,8% afirmaram que não

² Não há dados efetivos sobre registros de evasão realizados pela coordenação de curso, uma vez que somente a partir de junho de 2024, a coordenação criou instrumental e fluxo de atendimento e notificação de desistência informada voluntariamente pelo(a) próprio(a) discente. Essa intervenção vem sendo amplamente divulgada, mas nem sempre

houve esse tipo de relato, ou seja, que desistiram sem qualquer anúncio, podendo assim, ser registrado e mediado.

Em relação à busca por estratégias para reverter as desistências, 20,6% dos(as) estudantes afirmaram ter tentado conversar com os colegas evadidos, enquanto 50% não tomaram essa iniciativa, e 29,4% mencionaram que tentaram em alguns casos. Nenhum dos(as) respondentes afirmou ter feito isso de forma constante.

Quanto à comunicação com docentes para intermediar a situação, a maioria dos(as) estudantes não os procuraram para as possíveis mediações de tentativas de reversão das desistências, com 50% indicando que não houve esse contato, 20,6% tentaram essa abordagem e 29,4% o fizeram somente em poucos casos.

Os motivos de evasão relatados pelos estudantes que conhecem colegas que desistiram do curso são variados e refletem as múltiplas dificuldades enfrentadas pelos discentes. A maioria dos participantes mencionou que a evasão está associada a demandas familiares, como responsabilidades com filhos, pais e companheiros(as), o que foi apontado por 71,4% dos respondentes. Dificuldades financeiras também foram citadas por 48,6% dos participantes, mostrando que a falta de recursos é um fator importante que impacta a continuidade dos estudos. A incompatibilidade entre os horários do curso e as exigências profissionais foi outro motivo relevante, com 37,1% mencionando essa dificuldade. A distância entre a moradia dos estudantes e a universidade, bem como as dificuldades com transporte, também foram fatores significativos, apontados por 42,9% dos respondentes.

Além desses fatores, 37,1% indicaram a falta de tempo para dedicar aos estudos como uma razão importante para a desistência, enquanto 20% mencionaram dificuldades de relacionamento com colegas e professores(as). Alguns estudantes também relataram dificuldades acadêmicas, tal como a apreensão dos conteúdos de algumas disciplinas, que afetaram a permanência de colegas no curso. Uma pequena parcela de entrevistados(as) não soube informar as causas específicas das

acessada pelos(as) interessados(as). Outra frente implementada são estudos sobre evasão que se encontram em andamento.

desistências, e outra, também parcela pequena, desconhecia as razões pelas quais colegas desistiram.

A questão sobre a possibilidade de desistência da graduação por parte dos que frequentam, ou seja, dos(as) entrevistados(as), revelou que 37,1% já pensou em desistir do curso, enquanto 22,9% indicaram pensar "às vezes" em abandonar a graduação, enquanto 28,6% afirmaram nunca ter cogitado desistir.

Outro dado importante corresponde a 8,6% dos(as) acadêmicos(as) entrevistados(as) que chegaram a pensar em mudar de área/curso, e 2,9% consideraram a possibilidade de mudar de universidade/instituição, ao invés de desistir da graduação completamente.

Quando questionados sobre as razões que os levaram a pensar em desistir da graduação, 21 estudantes apontaram uma variedade de motivos, entre os mais citados estão: dificuldades financeiras e a falta de tempo para se dedicar aos estudos, que geram frustração devido ao desempenho acadêmico (como as notas); fatores pessoais, como problemas familiares e desgaste emocional, também foram frequentemente mencionados, alguns respondentes destacaram dificuldades com os conteúdos densos das disciplinas e a dificuldade de acesso a alguns professores(as), o que torna o processo de aprendizagem mais desafiador.

Além desses, a demanda da vida cotidiana e a exigência de conciliar trabalho e estudo também foram apontadas como fontes de estresse, tornando a rotina acadêmica exaustiva. Outros fatores citados foram, a dificuldade com o transporte, especialmente para quem tem dificuldades de locomoção e, com o estágio obrigatório, que também representa um desafio significativo na vida acadêmica de muitos estudantes trabalhadores(as).

Embora os relatos dos(as) estudantes durante a graduação sugiram um cotidiano marcado pela 'tripla jornada' que inclui a gestão do lar e/ou responsabilidades familiares, trabalho/estágio e demandas acadêmicas, a investigação mostrou que as principais motivações para considerar a desistência do curso estão ligadas a problemas financeiros e à sobrecarga de obrigações relacionadas ao trabalho, estágio e estudos. De forma intrigante, as pressões

familiares, embora frequentemente destacadas em análises qualitativas e outros estudos, não foram expressivamente citadas nas respostas diretas do questionário. Isso merece ser analisado com mais cuidado, pois pode indicar uma normalização dessa carga ou limitações na ferramenta de pesquisa para captar essa questão.

Não menos importante, apareceu a convivência em sala de aula como fator relevante, referentes a atitudes classificadas como tóxicas advindas de colegas (demais discentes), como fofocas e *bullying*, tornando o ambiente estressante.

Problemas com a metodologia de ensino e a falta de empatia de alguns professores(as) também foram apontados, tal como a incompatibilidade de horários, dificuldades com transporte e moradia, além da pressão por altas demandas acadêmicas, causaram estresse e ansiedade, sendo expressados nessas vozes que, apesar das dificuldades, o amor pelo curso e a identificação com a profissão foram fatores que os impediram de desistir, apesar de considerarem a escolha entre a vida pessoal e os estudos um grande dilema.

As maiores dificuldades para a permanência na graduação, segundo as respostas obtidas, são variadas e envolvem tanto questões estruturais quanto pessoais. A principal dificuldade relatada é a falta de recursos financeiros, mencionada por 38,2% dos(as) participantes, o que inclui a necessidade de ampliação das bolsas auxílio da assistência estudantil e das bolsas de pesquisa e de extensão, que poderiam aliviar as dificuldades financeiras de estudantes, embora em contrapartida, demandam mais atribuições acadêmicos(as).

Outro desafio significativo é a incompatibilidade entre horários de trabalho e estudos, citado por 50% desses sujeitos, que indicam que os horários oferecidos pela universidade não atendem às necessidades dos alunos(as) que trabalham, neste caso, parte expressa pelo grupo de estudantes do matutino e outros que avaliam o horário tardio da saída do noturno. Além disso, a questão do transporte público gratuito, especialmente para trajetos acadêmicos, foi mencionada como uma melhoria necessária por 35,3% dos(as) entrevistados(as).

O esgotamento físico e mental dos(as) estudantes também é uma preocupação central, com 73,5% dos(as) participantes apontando essa sobrecarga como um fator

que dificulta a permanência na graduação, tal menção está relacionada ao acúmulo de tarefas, como o excesso de atividades acadêmicas apontadas por (29,4%) e a dificuldade de conciliar o estudo com a vida pessoal e profissional.

Outros pontos mencionados incluem a falta de programas de nivelamento educacional (5%), que poderiam ajudar a suprir defasagens do ensino anterior e a necessidade de uma melhor recepção e acolhimento de estudantes, como também uma metodologia docente mais eficaz, citada por 29,4% dos(as) participantes.

Uma dificuldade significativa, apontada como "outros", está relacionada à falta de suporte para o cuidado de filhos, pois muitas mulheres estudantes enfrentam o desafio de não ter com quem deixá-los ou não ter condições financeiras para pagar alguém para prover os cuidados, fator que cria uma barreira adicional à continuidade da graduação, pois a maternidade exige tempo e atenção, o que dificulta a conciliação com as demandas acadêmicas. Este fator revela uma desigualdade estrutural que precisa ser abordada para garantir a permanência das mulheres na educação superior, ou seja, não basta dizer que há o debate da igualdade de gênero, se a realidade demarca contornos tão desiguais de possibilidades, apesar de ser majoritária a presença feminina neste curso.

Conforme os dados obtidos, são amplamente conhecidos pelos(as) estudantes, com destaque para alguns programas de apoio fundamentais. A maioria dos(as) respondentes (97%), indicou conhecimento sobre o Restaurante Universitário (RU), que oferece suporte nutricional a um custo acessível, essencial para a permanência dos estudantes, além da ciência da existência das Bolsas de Iniciação Científica (75,8%) e Extensão (78,8%) tão importantes para incentivar a participação em atividades acadêmicas e de pesquisa, contribuindo para a formação de futuros(as) profissionais.

Outros programas conhecidos são: Estágio remunerado da Unioeste conhecido por (93,9%) desses(as) estudantes, a Bolsa Monitoria por (39,4%) e o Auxílio Moradia (69,7%) se destacando como programa essencial para estudantes que moram longe do campus e enfrentam dificuldades financeiras relacionadas à habitabilidade. A Inclusão Digital (12,1%) também é mencionada, embora com menor notoriedade, mas

fundamental para garantir o acesso a tecnologias e recursos digitais para o aprendizado. Esses auxílios desempenham um papel importante para garantir que estudantes possam enfrentar as dificuldades financeiras e acadêmicas, promovendo a permanência e o sucesso na educação superior.

Os auxílios da Política de Assistência Estudantil da Unioeste mais acessados pelos(as) estudantes, conforme a pesquisa, incluem programas conhecidos entre os(as) estudantes de Serviço Social a participação em Pesquisa – Iniciação Científica, Extensão – Programas ou Projetos de Extensão Universitária e outras modalidades, cada uma com 8,6% de respondentes afirmando a participação. Além disso, 8,6% dos(as) estudantes declararam já ter recebido algum auxílio, enquanto 71,4% afirmaram nunca ter recebido nenhum benefício ou bolsa. O estágio supervisionado em Serviço Social remunerado (com bolsa auxílio) é acessado por 5,7% dos(as) estudantes, indicando que essa modalidade ainda é pouco presente na experiência acadêmica da maioria. Esses dados sugerem que a maioria dos(as) estudantes ainda não usufrui de programas de apoio financeiro e acadêmico ofertados pela instituição, o que pode influenciar na permanência e no desempenho na graduação.

A partir das 23 respostas abertas, referentes ao modo como a coordenação e docentes do curso de Serviço Social podem diminuir a evasão, surgem sugestões focadas em apoio financeiro e emocional. Isso inclui a ampliação de bolsas e um atendimento mais humano, embora muitas propostas ultrapassem suas responsabilidades. Além disso, enfatiza-se a necessidade de aprimorar a comunicação com estudantes, ajustar os horários para aqueles(as) que trabalham, e oferecer suporte acadêmico e psicológico, mentorias, grupos de estudo, e maior diálogo com instituições parceiras para ampliação de estágios remunerados.

Outras recomendações englobam um acolhimento mais eficaz, que inclua escuta atenta, rodas de conversa e acompanhamento individualizado. Desafios como equilibrar estágio e vida pessoal, assim como a falta de suporte para mães estudantes, evidenciam a necessidade urgente de ações inclusivas e que se adaptem às diversas realidades. Também foi indicada a relevância de informar melhor sobre as ajudas disponíveis e de demonstrar empatia com relação a atrasos causados por problemas

de transporte ou questões financeiras. A relação próxima entre a coordenação e discentes, com reuniões regulares entre docentes e discentes, foi considerada essencial para promover a integração e o suporte necessário.

Das 19 respostas sobre como a UNIOESTE pode contribuir para a redução da evasão, destacaram-se sugestões para aumentar as ajudas financeiras, como bolsas e moradia, e apoio psicológico. Reivindica-se ainda a flexibilização de prazos, cargas horárias e currículos, além de melhorias na infraestrutura e nos transportes, que incluam gratuidade ou outras opções. Também se realçou a importância de programas de mentoria e acolhimento, junto a uma comunicação mais efetiva sobre as ajudas acadêmicas.

Foi enfatizada a necessidade de escuta atenta às necessidades dos alunos e da conscientização dos professores sobre a relevância do acolhimento. A criação de um ambiente mais inclusivo, contemplando especialmente as mães universitárias, pode envolver, por exemplo, a reativação da proposta de uma creche universitária. Sugestões foram feitas para fortalecer a conexão entre os *campi* da UNIOESTE e para melhorar os programas de assistência estudantil, com um diálogo contínuo com os grupos de estudantes.

As 9 respostas abertas sobre a evasão no curso trouxeram reflexões pertinentes. A migração para o turno noturno foi considerada benéfica para discentes com dificuldades financeiras e que estão empregados. A evasão no início do curso foi atribuída, em parte, à falta de identificação com a área, o que é visto como algo natural. Dificuldades em equilibrar trabalho, vida pessoal e estudos, além de gravidez e problemas de saúde, também foram mencionadas como causas frequentes.

A evasão é vista como uma questão que vai além dos números, simbolizando a renúncia a aspirações e os efeitos da falta de condições para seguir em frente. Há perdas tanto para acadêmicos(as) quanto para o curso, pois estudantes que poderiam se tornar ótimos profissionais acabam desistindo. Notou-se que apenas alterar os horários das aulas não é suficiente, uma vez que as razões para a evasão são multifacetadas, exigindo acolhimento e diálogo. Um diploma em Serviço Social implica em grande responsabilidade e a determinação dos(as) alunos(as) perante as

difficultades precisa ser levada em conta ao elaborar políticas que promovam a permanência.

A evasão nos cursos de Serviço Social é um assunto intrincado, com fatores que vão além das questões financeiras e pessoais. A mudança do curso para o turno noturno trouxe resultados favoráveis, especialmente para os alunos do terceiro ano (currículo de 2015, que antes era no período da manhã), ao permitir a conciliação entre trabalho e estudo.

O estudo também identificou a presença de estudantes com experiências acadêmicas anteriores (outra graduação ou pós-graduação) que, apesar disso, ainda abandonam o curso por razões diversas, nem sempre nítidas, reforçando a importância de aprofundar a investigação sobre essas causas. Dentre elas, podem estar a ausência de apoio emocional, dificuldades de adaptação ou uma falta de alinhamento entre o curso e as expectativas profissionais.

6. METODOLOGIA

A pesquisa em tela é fruto de uma pesquisa de iniciação científica, financiada com bolsa para ações afirmativas, concedida pela Unioeste, via edital 02/2024.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo, cujo universo é o curso de Serviço Social da Unioeste, campus de Francisco Beltrão/PR e os sujeitos da pesquisa sendo 35 estudantes, da 1ª a 4ª séries, períodos matutino e noturno, de ambos os currículos, PPP 2015 e 2023, independentes de delimitação de faixa etária, cor, raça, gênero, classe ou qualquer outra identificação ou autodeclaração.

Pesquisa de natureza qualitativa, analisada à luz da teoria social crítica, isto é, do materialismo histórico-dialético, cuja abordagem marxista explica a história e a sociedade pela análise das condições materiais e das contradições sociais, usando a dialética para compreender o movimento, contradição e a transformação social ao longo do tempo, portanto, as categorias que permeiam este estudo são: história, totalidade, contradição, trabalho e mediação.

Para a coleta de informações, aplicada no 2º/2024, foi criado um questionário estruturado utilizando a ferramenta Google Forms, com questões estruturadas e mistas, fechadas e abertas. Utilizado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A opção pelo questionário como método de pesquisa se deve à sua habilidade de alcançar um número significativo de respondentes de maneira rápida e acessível, levando em conta as limitações geográficas e de tempo enfrentadas pelos participantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um momento significativo para o Curso de Bacharelado em Serviço Social da Unioeste – Campus Francisco Beltrão/PR, que celebra uma década de formação superior, este trabalho teve como objetivo compartilhar um produto de um projeto de iniciação científica que pode beneficiar o futuro do curso. Considerando a evasão como um fenômeno com múltiplas causas que demanda respostas integradas, a pesquisa revisitou a história do curso, reconhecendo diferentes fatores que contribuem para a evasão e apresentando possíveis soluções para enfrentá-la. Entre os resultados, ressalta-se a importância de investir em políticas públicas voltadas para a permanência, acolhimento, comunicação participativa e formação adequada — aspectos fundamentais para fortalecer a sensação de pertencimento, a identidade profissional e mitigar as desigualdades no acesso e na permanência no ensino superior.

Notou-se que, nos anos recentes, o curso tem alcançado avanços significativos, como a inclusão de professores(as) efetivos da área, o reforço das bases profissionais, a ampliação das oportunidades de iniciação científica e de projetos de extensão, além de uma melhor integração entre ensino, pesquisa e extensão. Iniciativas como o novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC), a oferta de aulas noturnas e a intensificação do diálogo com os alunos(as) também apontam para melhorias nas taxas de admissão e permanência, apesar de necessitarem de acompanhamento constante. Mesmo com esses progressos, é importante reconhecer que a evasão não será completamente erradicada, dado que está ligada a questões

peçoais e à falta de identificação com a área. Contudo, os dados sugerem a necessidade de fortalecer, expandir e tornar mais acessível a política de assistência estudantil, que atualmente não atende adequadamente às reais necessidades dos alunos (as).

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior 2023**: notas estatísticas. Brasília: INEP/MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 11 maio 2025.

CORREA, Marindia do Amaral da Silva. **Evasão no ensino superior**: um estudo do curso de Serviço Social da UNIOESTE campus Francisco Beltrão - PR. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2018.

DAYRELL, Juarez. **A escola "faz" as juventudes?** In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro M. (org.). **Juventude, cidadania e participação**. São Paulo: Cortez, 2003. p. 121–137.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social**: renovação e conservadorismo. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MÉSZÁROS, István. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.

SEMESP. **15º Mapa do Ensino Superior no Brasil, 2025**. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/educacao-15/brasil/>. Acesso em 23 maio 2025.

SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e escolarização**: desafios e perspectivas. In: ABRAMO, Helena W.; BRANCO, Pedro M. (org.). **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 97–122.